- 17ª ZONA ELEITORAL - ALTA FLORESTA DO OESTE - (69) 99956-5556
18ª ZONA ELEITORAL - ALVORADA DO OESTE - (69) 99979-2775
19ª ZONA ELEITORAL - SANTA LUZIA DO OESTE - (69) 99908-2508
20ª ZONA ELEITORAL - PORTO VELHO - (69) 99294-3967
21ª ZONA ELEITORAL - PORTO VELHO - (69) 99982-5041
25ª ZONA ELEITORAL - ARIQUEMES - (69) 99984-0322
26ª ZONA ELEITORAL - ARIQUEMES - (69) 99921-2355
27ª ZONA ELEITORAL - JARU - (69) 99930-3791
28ª ZONA ELEITORAL - OURO PRETO DO OESTE - (69) 99901-9803
29ª ZONA ELEITORAL - ROLIM DE MOURA - (69) 99915-3083
30ª ZONA ELEITORAL - JI-PARANÁ - (69) 99946-4709
32ª ZONA ELEITORAL - MACHADINHO DO OESTE - (69) 99991-1810
34ª ZONA ELEITORAL - BURITIS - (69) 99605-4420
35ª ZONA ELEITORAL - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ - (69) 99928-3012

PORTARIA Nº 155/2020 - PRES/GABPRES

Institui o processo Sanitização de Mídias de Armazenamento de Dados, no âmbito da Justiça Eleitoral de Rondônia

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 14, do Regimento Interno deste Tribunal, considerando a necessidade de melhoria contínua da gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação;

considerando o disposto na Resolução nº 211/2015 do CNJ, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD);

considerando a necessidade de estabelecer diretrizes e padrões para garantir conformidade com normas relacionadas à segurança da informação e especificamente ao descarte seguro e à substituição de mídias em garantia de equipamentos de tecnologia da informação;

considerando a recomendação contida no item 8.3.2 da NBR ISO/IEC 27002:2013, que trata do descarte seguro de mídias;

considerando que esta norma é parte integrante da regulamentação da Política de Segurança da Informação (PSI) da Justiça Eleitoral, conforme Art. 6º da Res. nº 23.501/2016 do TSE e Art. 12º da Res. Nº 41/2017 do TRE-RO,

RESOLVE:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Estabelecer procedimentos para o processo de preparação de mídias magnéticas, óticas ou de estado sólido de armazenamento de dados (fitas de *backup*, discos rígidos, *pendrives*, discos SSDs, cartões de memória, CDs e assemelhados), para o descarte seguro ou substituição em virtude de garantia, no âmbito da Justiça Eleitoral de Rondônia.

Parágrafo único. Este procedimento tem como objetivo prevenir a divulgação não autorizada de informações corporativa sensíveis ou sigilosas contidas em mídias de armazenamento de dados.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para os efeitos desta instrução normativa aplicam-se as seguintes definições:

I - Mídia magnética: dispositivo em que o meio de armazenamento é composto por uma superfície magnética, tais como Discos Rígidos (Hds), cartões magnéticos e fitas magnéticas;

II - Mídia óptica: são meios de armazenamento de dados que utilizam meios ópticos para escrita e leitura das informações. São exemplos: CDs, DVDs e discos Blu-ray.

III - Mídia de estado sólido: são meios de armazenamento de dados que utilizam memória flash ou circuitos integrados. São exemplos: SSDs, pendrives, cartões de memória utilizados em máquinas fotográficas, *tablets* e *smartphones*.

IV - Sanitização de mídia: é o processo usado para garantir que dados que foram apagados e que não possam ser facilmente recuperados. Exemplos: desmagnetização, sobrescrita, destruição física;

V - Desmagnetização: técnica irreversível em que uma mídia magnética é exposta a um campo eletromagnético muito forte capaz de alterar sua estrutura natural e com isso destruir a informação armazenada;

VI - Sobrescrita: técnica em que são gravadas sequências de zeros (0) e uns (1) de forma repetitiva em todo o disco;

VII - Destruição física: técnica pela qual a mídia de armazenamento é destruída e por conseguinte, a informação contida. Existem várias formas para a destruição física, tais como, incineração, esmagamento, trituração e derretimento.

VIII - Dados Sensíveis: dado de caráter sigiloso ou confidencial para o órgão.

IX - Criptografia: Conjunto de técnicas utilizados para tornar uma informação inteligível a terceiros.

DO PROCESSO DE LIMPEZA

Art. 3º As disposições deste normativo aplicam-se a todas as mídias e dispositivos que armazenam dados e informações sensíveis geradas ou utilizadas por este Tribunal, tais como CD, DVD, *Pendrive*, Cartão de Memória *Flash*, Fita Magnética, Disco Rígido (HD), Disco de Estado Sólido (SSD), assim como qualquer outra tecnologia de armazenamento de dados que venha a ser utilizada pelo Tribunal.

Art. 4º Antes da disponibilização para a comissão de inservíveis, os equipamentos de tecnologia da informação (microcomputadores, notebooks, *tablets*, *smartphones*) ou as mídias de armazenamento removível (CD, DVD, Blu-Ray, *pendrive*, *Hds*, *SSDs*, cartões de memória) devem ter seu conteúdo armazenado sobrescrito de forma segura, criptografado ou destruído de forma permanente.

§ 1º As fitas magnéticas (fitas de backup) e as mídias ópticas deverão ser destruídas fisicamente e separadas para coleta e descarte ecologicamente correto.

§ 2º Para equipamentos de rede que não possuam discos rígidos (*switches*, roteadores, *firewalls*), as memórias internas devem ser redefinidas para configurações de fábrica.

§ 3º Os discos rígidos (HDs) devem ter seu conteúdo sobrescrito de forma segura.

§ 4º Os dispositivos de armazenamento de estado sólido (SSDs) e os *pendrives* devem ter seu conteúdo criptografado.

§ 5º As mídias de armazenamento que apresentarem falhas durante a limpeza (sobrescrita) de dados ou no momento da criptografia e não possibilitarem a confirmação do procedimento ou, que não puderem ser acessadas, deverão ser destruídas fisicamente.

Art. 5º Para substituição em garantia, os equipamentos de tecnologia da informação (microcomputadores, notebooks, *tablets*, *smartphones*) ou as mídias de armazenamento removível (*pendrives*, cartões de memória) devem ter seu conteúdo armazenado sobrescrito de forma segura ou criptografados.

Parágrafo único A empresa responsável pela manutenção deverá assinar termo de confidencialidade em relação aos dados existentes nas mídias de armazenamento.

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º Em relação a este procedimento, fixam-se as seguintes competências:

I - Comissão de Segurança da Informação: responsável por normatizar os procedimentos técnicos relacionados à Segurança da Informação;

II - Chefe da Seção de Segurança da Informação: responsável por informar e orientar o cumprimento deste procedimento técnico.

III - Chefe da Seção de Suporte Especializado: responsável por garantir o cumprimento deste procedimento técnico junto à equipe de suporte técnico.

DAS VIOLAÇÕES E SANÇÕES

Art. 7º O descumprimento de qualquer item desta Portaria no descumprimento da POSIC (Res. TSE nº 23.501/2016), configurando-se uma infração disciplinar sujeita às penalidades contidas no Capítulo V da Lei 8112/90.

§ 1º O não cumprimento por funcionários terceirizados resultará em comunicado formal à empresa contratada para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

Art. 8º O servidor que tomar ciência de infrações a esta Portaria que possam pôr a segurança da informação do Tribunal em risco deverá comunicar à Comissão de segurança da informação, sob pena de incorrer no descumprimento do dever do servidor público elencado no inciso VI do art. 116 da Lei 8112/90.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Todas as mídias dos computadores sob guarda no depósito de equipamentos da TIC deverão ser sanitizadas.

Art. 10 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Segurança da Informação do Tribunal.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Velho, 21 de agosto de 2020.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente

PORTARIA Nº 156/2020 - PRES/GABPRES

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, no desempenho de suas atribuições descritas no inciso III do art. 14 do Regimento Interno deste Tribunal e considerando o constante do Processo SEI n. [0000751-27.2020.6.22.8000](#), evento [0573280](#), RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR a servidora ANA ISABEL SILVA DE MELO POLIZER, Analista Judiciário, Área Judiciária, da Função Comissionada de Assistente III, nível FC-3, do Gabinete da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação, para a qual foi designada pela Portaria n. 141/2020.

Art. 2º DESIGNAR a servidora para exercer a Função Comissionada de Assistente VI, nível FC-6, do Gabinete do Juiz da Classe dos Magistrados da Justiça Federal.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, nos termos do § 4º do art. 15 da Lei n. 8.112/90.

Porto Velho, 21 de agosto de 2020.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente

DIRETORIA-GERAL

PORTARIAS

PORTARIA Nº 194/2020 - PRES/DG/GABDG

A DIRETORA-GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, no exercício de suas atribuições descritas no inciso VIII do art. 1º do Portaria n. 066/2018, considerando o constante nos autos do Processo SEI n. 0002366-52.2020.6.22.8000, RESOLVE: